

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Neste número

*Informação Bibliográfica
Trabalhos publicados
em 1992-93*

Vol.12
1994

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Gerir as distâncias: mobilidade e recomposição identitária

Filomena Silvano

*Departamento de Antropologia
Universidade Nova de Lisboa*

Resumo. O texto agora publicado corresponde à comunicação apresentada no congresso "Cultura e desenvolvimento" da Associação Portuguesa de Antropologia, na sessão plenária "Identidades culturais e processos de regionalização". Começa por propor a associação entre o conceito de "identidade cultural" e o conceito de "mobilidade" (Simmel), de forma a conceber a identidade como uma realidade heterogénea e dinâmica. Depois propõe, para estudar a questão dos processos de regionalização, uma metodologia de análise que considera várias escalas de representação do espaço. Finalmente apresenta algumas conclusões, relativas ao contexto português, sobre a interacção entre as escalas regional, nacional e internacional.

Palavras chave: identidades culturais; mobilidade; escalas de representação do espaço; arquitectura do território.

Résumé. Le texte ici publié, correspond à la communication présenté lors du Congrès "Culture et développement" de l'Association Portugaise d'Anthropologie, dans la session plénière: "Identités culturelles et processus de régionalisation". Le texte commence par proposer l'association entre le concept "d'identité culturelle" et le celui de "mobilité" (Simmel), concevant ainsi l'identité comme une réalité hétérogène et dynamique. Ensuite il propose, pour étudier les processus de régionalisation, une méthodologie d'analyse qui considère plusieurs échelles de représentation de l'espace. Enfin, il présente des conclusions relatives au contexte portugais, sur l'interaction entre les échelles locale, régionale, nationale et internationale.

Mots clés: identités culturelles; mobilité; échelles de représentation de l'espace; architecture du territoire.

Num texto que pretende pensar a relação entre a produção artística e a cultura do início do século, Simmel defende que a escultura de Rodin criou uma nova forma, um estilo que significou uma nova possibilidade de expressão (Simmel, 1990). Ao colocar a mobilidade do corpo no centro da sua representação, Rodin deu forma plástica a uma consciência cultural emergente: a mobilidade encontra-se no centro da vida moderna e configura o real. Se assim era em 1923, é-o hoje de forma ainda mais evidente. Mas a ideia de Simmel é mais complexa. Segundo ele o movimento é a única “determinação do nosso ser” que é comum ao corpo e à alma: a mobilidade é uma “forma única” cujos conteúdos são incomparáveis.

Colocar o conceito de mobilidade no centro da reflexão sobre a sociedade contemporânea parece-nos um bom ponto de partida. Propomos que o objecto central do nosso debate — as identidades culturais — seja pensado a partir desse conceito. O nosso raciocínio desenvolve-se em duas direcções: um ponto de vista abstracto, que considera a identidade como um dos conteúdos “enformados” pela mobilidade, e um ponto de vista mais empírico, que considera que as identidades culturais dependem, na sociedade contemporânea, da mobilidade espacial dos sujeitos.

Tal como afirma Lévi-Strauss (1983), as sociedades não parecem ter, enquanto dado adquirido, uma identidade substancial. Pelo contrário, fragmentam-na e manifestam alguma dificuldade em produzir uma síntese desse património heterogéneo. Lévi Strauss propõe que se fale de uma “identidade estatística”, o que a transforma numa realidade sujeita às leis dos grandes números e, por conseguinte, sujeita a uma variabilidade produtora de movimento. A identidade pode, então, assumir a forma da mobilidade proposta por Simmel.

Uma observação empírica permite-nos ainda afirmar que as identidades se constituem em relação directa com a mobilidade espacial. Não há constituição de identidade sem representação do espaço, e este não pode ser pensado na ausência do movimento. Estabelecer partições ou distinguir recortes corresponde a percorrer (mesmo que sob a forma do simulacro) um espaço não homogéneo. A heterogeneidade é, obviamente, também cultural. Por isso podemos afirmar que a mobilidade dos indivíduos se traduz numa fragmentação geral da cultura. Esse universo fragmentado está sujeito a múltiplas reconfigurações, se quisermos ser radicais, a tantas quantos os indivíduos de uma dada sociedade. Em termos estatísticos podemos falar da constituição de um núcleo central de frequências, correspondente à identidade cultural de um grupo social delimitado, mas esse núcleo pressupõe sempre um fundo de variabilidade.

A mobilidade coloca os seus actores numa situação paradoxal: os lugares passam a poder encontrar-se, em simultâneo, demasiado perto e demasiado longe. Um emigrante de retorno, por exemplo, pode organizar o seu espaço de acção

(aquele que materialmente se encontra perto) tendo por referência o espaço do país em que esteve emigrado (ou seja, aquele que materialmente se encontra distante). No fundo, ele encontra-se demasiado distante do espaço que lhe é materialmente próximo (visto que o organiza a partir de referências ausentes) e demasiado próximo (visto que o elege como modelo referencial) do espaço que se encontra materialmente distante. Pode concluir-se que a proximidade material do espaço de referência é irrelevante; mesmo longínquo ele organiza as práticas dos indivíduos e, conseqüentemente, estrutura o espaço de acção (Silvano, 1990). O território passa então a ser o resultado de transferências várias entre os espaços presentes e os espaços ausentes.

Gerir as distâncias

A arquitectura do território está hoje profundamente ligada à mobilidade crescente. Alguns autores consideram-na mesmo um factor estruturante. É o caso de Jean Remy (1988), que propõe o conceito de “espaço rede” para dar conta das transformações produzidas pela mobilidade. Este organiza-se segundo uma lógica que une, directamente e ignorando o espaço intermédio, lugares distantes. Essa relação estabelece-se através da mobilidade de mercadorias, pessoas e informações. Trata-se de um espaço radicalmente diferente do espaço tradicional — a que chama “espaço território” — organizado segundo relações de contiguidade e vizinhança.

A questão da regionalização não pode, hoje, ser abordada no exterior de uma reflexão sobre as novas formas de organização do território. Sobretudo porque assistimos a uma coexistência de formas diversas: as lógicas tradicionais permanecem, coexistem e, mais do que isso, articulam-se, com as lógicas modernas. É por isso importante, não só identificar as formas mas também compreender as articulações produtoras de movimento.

Numa obra recente, Marc Augé (Augé, 1991) define os lugares característicos da nossa “sobre-modernidade”, a que chama “não-lugares”, por oposição aos lugares tradicionais, a que chama “lugares antropológicos”. Estes últimos definem-se por três características: são geradores de identidade, relacionais e históricos. Isto significa que são lugares que produzem nos seus habitantes um efeito de identificação de si próprios (eu sou de...) e que esse efeito decorre, por um lado do facto de se estabelecerem relações sociais entre os habitantes de um lugar e, por outro, do facto de existir uma memória colectiva do lugar que se actualiza através de narrativas e rituais. Os “não-lugares” são o contrário de tudo isso. Não são geradores de identidade, nem relacionais, nem históricos. São os lugares da individualidade solitária, da passagem e do efémero: aeroportos, auto-estradas e supermercados.

Suponho que Marc Augé nunca visitou um hiper-mercado português, se o fizer terá de modificar um pouco a sua teoria. Face ao espectáculo da comunhão consumista das famílias portuguesas pensará seguramente que um super-mercado até pode ser um lugar antropológico. Mas a originalidade portuguesa serve exactamente para demonstrar o que defendemos: no mundo contemporâneo os lugares antropológicos coexistem com os não-lugares, e as sociedades sujeitas a desenvolvimentos acelerados podem mesmo transformar não-lugares em lugares antropológicos, apenas porque as estruturas tradicionais têm ainda força para o fazer (Silvano e Neves, 1990).

Estudar os processos de regionalização consiste, sobretudo, em detectar diferentes formas de reconfigurar o território. Pensamos que a análise deve partir de um ponto de vista, o do lugar — já agora, o do “lugar antropológico” — para depois se alargar de forma a compreender outras extensões territoriais. Para nós a Região resulta dessa investigação. Surge no fim, e possui uma configuração que corresponde às representações espaciais da comunidade em análise. Não é apenas um área delimitada. Mais do que isso, é um espaço organizado segundo regras que é necessário determinar. Nos nossos trabalhos, temos vindo a propôr uma metodologia que considera várias escalas de representação do espaço (Pellegrino, 1986). Verificámos que essa metodologia nos permite abordar satisfatoriamente a questão da multiplicidade das lógicas que organizam a sociedade contemporânea: trata-se de definir, para cada objecto, a escala de observação mais pertinente.

Duas escalas de centração

Na pesquisa realizada na Região Centro de Portugal, no quadro do projecto PNUD/UNESCO “Développement spatial et identités régionales”, estudámos as representações do espaço dos habitantes de algumas localidades. Isolámos as problemáticas centrais de cada localidade e elaborámos as configurações espaciais correspondentes. A comparação dos resultados permite algumas conclusões gerais.

Nas pequenas localidades rurais verificámos que o espaço se organiza, num primeiro momento, a duas escalas. A Escala Local e a Escala Regional. Nas localidades sujeitas a um desenvolvimento lento e progressivo o espaço local mantém ainda uma organização tradicional e simbólica. O grupo controla uma justaposição de espaços agrícolas, que se estende para lá do perímetro habitacional da aldeia e que é apropriado segundo a mesma modalidade do espaço doméstico: uma familiaridade que se enraíza no passado. As comunidades rurais mantêm entre si relações de vizinhança e de troca, através de uma vida social ritualizada que tem por função perpetuar as configurações pré-existentes. Uma classificação

simbólica dá forma ao espaço: os semelhantes são aliados e os diferentes são inimigos.

Esta marcação, semelhantes/aliados VS diferentes/inimigos, começa por organizar o interior do espaço da aldeia. Outros trabalhos realizados na região Centro (Fraga, 1991) verificaram, tal como o nosso, que a identidade colectiva se estrutura a partir de uma clivagem formalmente marcada: o alto opõe-se ao baixo, permitindo estabelecer claramente uma identidade inclusiva e uma identidade exclusiva. As festas de Verão são sempre os momentos privilegiados para afirmar e negociar este sistema, mais geral, de organização do espaço. O espaço envolvente é organizado a partir de uma lógica análoga, que estabelece oposições formais entre localidades aliadas e localidades inimigas. Essas oposições manifestam-se em situações rituais, antigamente os bailes e hoje, sobretudo, o futebol (Pellegrino e Silvano, 1986).

As transformações do mundo rural poderão ser entendidas, num primeiro momento, se nos colocarmos a uma Escala Regional. A relação com as cidades, escalonadas segundo a importância destas, organiza-se em torno da mobilidade diária, semanal ou mais esporádica. Os migrantes pendulares são importantes veículos de transformação da sociabilidade aldeã. Participam de dois mundos que lhes concedem margens de liberdade de actuação e de inovação completamente diferentes (Ansary e Schoonbrodt, 1989): na aldeia mantêm relações interpessoais “quentes”, que resultam do facto de toda a comunidade manter um elevado grau de conhecimento sobre cada indivíduo, enquanto na cidade desenvolvem práticas contratuais e relações formais, sendo o grau de conhecimento sobre os indivíduos muito fraco.

A nossa capacidade de inovação aumenta quando o conhecimento dos outros sobre nós próprios diminui. A cidade revela-se, por isso, mais vocacionada para a mudança do que a aldeia. O migrante é assim obrigado a gerir ritmos diferentes de transformação do real. Na cidade vive, e por vezes produz, a mudança, enquanto na aldeia vive e reproduz a continuidade. Mas os curto-circuitos são inevitáveis e, por isso, o migrante leva sempre alguma da diferença da cidade para a aldeia. Não transporta todos os valores — o que conduziria a uma ruptura com os quadros pré-existentes — mas apenas aqueles que pode negociar com a comunidade envolvente. Ou seja, os valores assimiláveis. O migrante tem de manter a ambivalência que decorre do balancear entre quadros de referência diferentes. Se assim não fizer, pode confrontar-se com um processo de exclusão social que inviabiliza a deslocação de valores de um mundo para o outro.

No caso de transformações abruptas do espaço local — por exemplo Souselas, uma aldeia agrícola que se vê transformada num pequeno polo industrial com a implantação de uma fábrica de cimento — a reconfiguração da

identidade “lesionada” faz-se através de um sobre-investimento no espaço Regional. Perdida a identificação com o espaço local, a comunidade desenvolve um processo de identificação simbólica com a cidade. “Somos como Coimbra, urbanos, industriais e modernos”. Esse processo implica uma reorganização do espaço envolvente, em que a localidade se tenta colocar numa posição de centralidade, não só funcional mas também simbólica. Tal como Coimbra é central, relativamente a uma região alargada, Souselas também o é, relativamente a uma região envolvente menos alargada. A reivindicação de uma homologia de estruturas permite a constituição de uma nova identidade. A este processo acrescenta-se uma valorização simbólica da mobilidade: por Souselas passam, todos os dias, camiões de todo o mundo. Somos por isso conhecidos, a única aldeia conhecida em todo o mundo”. Através desse fluxo os habitantes da aldeia vivem uma mobilidade imaginária que os conecta, directamente, com as mais variadas partes do mundo. Souselas é um exemplo paradigmático de reconstituição identitária, feita a partir de uma valorização da diferença e da mobilidade.

A passagem para uma escala superior opera frequentemente um salto de nível. Ou seja, os entrevistados passam directamente da Escala Local ou Regional para a Escala Internacional, sem que a Escala Nacional revele qualquer pertinência. O espaço nacional mantém pertinência administrativa e simbólica, mas a relação com o exterior do país pensa-se sem a sua intervenção enquanto espaço mediador. Da pequena aldeia passa-se para a grande cidade, que pode ser Paris ou Berna, sem que Lisboa ou Porto existam como figura de mediação.

A existência de um forte fluxo emigratório poderá justificar este posicionamento, mas o inverso pode também ser verdadeiro: emigra-se facilmente porque se concebe o salto de escala. Entre a aldeia e o estrangeiro não há espaços intransponíveis, do ponto de vista das representações existe uma contiguidade possível.

A presença do ausente

A relação com o estrangeiro coloca questões relacionadas com o inter-face com lugares ausentes. Podem conceber-se duas formas de inter-face, uma que resulta da mobilidade espacial real e outra da mobilidade simulada. No primeiro caso, observam-se os efeitos da emigração de retorno, e no segundo, os efeitos dos meios de comunicação de massas, principalmente a televisão.

Os emigrantes de retorno actuam num contexto rural, frequentemente isolado. Fixam-se na sua comunidade de origem mas têm também uma cultura estrangeira por referência; nos seus modos de vida adaptam códigos tradicionais a códigos modernos, fazem exercícios de acoplagem de elementos de origem diversa, criam novas linguagens e instauram novas formas de sociabilidade. As

suas vidas revelam outras práticas e outros valores, que se difundem e se tornam referência para o resto da comunidade (Silvano, 1988 e 1990).

As casas que constroem na aldeia de origem são exemplo da capacidade de recriar novas realidades a partir de universos fragmentados. Lévi-Strauss (1962) explicou, através da sugestiva imagem do “bricoleur”, a lógica de composição simbólica que preside a estes processos. No caso das casas de emigrantes observamos citações que apelam espaços ausentes (os telhados inclinados, as torres e as ameias) e excessos de respostas para uma mesma função (duplas cozinhas ou duplas salas de jantar), que preservam vários saberes e várias práticas sociais. Como o bricoleur, os emigrantes constroem objectos com “restos” de outros objectos, neste caso casas com “restos” de outras casas, compatibilizando universos distantes e heterogéneos.

Podemos dar um exemplo. Apesar da cozinha continuar a ser o centro da vida social doméstica, nas casas dos emigrantes aparecem outras alternativas, que são as várias salas, concebidas para dar forma a uma nova hospitalidade. A sala de visitas é sempre o lugar de encenação dos novos modos de vida. Os objectos decorativos são muitos e os funcionais são frequentemente redundantes (por exemplo vários lustres todos diferentes), misturam-se com televisões, videos e aparelhagens estereofónicas.

A sala (ou várias salas) não são concebidas apenas a pensar nos habitantes da aldeia. Os emigrantes conheceram outras pessoas e criaram novas relações. O seu capital social aumentou, ao mesmo tempo que se alargou geograficamente. Por isso desenvolveram um outro conceito de hospitalidade: já não se trata apenas de receber o semelhante (hospitalidade tradicional aldeã) mas o diferente, mesmo o bastante diferente. As novas salas de estar têm por referente modelos de hospitalidade burgueses, por vezes até aristocráticos. As referências são mais cinematográficas do que reais (se alguma vez foram vividas foi numa situação excepcional), e por isso o resultado final produz, pelo menos para os outros, um poderoso efeito de simulacro. São mobiladas, decoradas e depois fechadas. Ficam assim, sempre preciosamente limpas e arrumadas, à espera das visitas vindas de longe.

As formas de recomposição identitária são diversas — multiplica-se e depois articula-se ou coexiste-se — mas conduzem todas ao mesmo efeito: formas de viver que congregam fragmentos de modos de vida diversos.

O segundo tipo de inter-face está relacionado com a mobilidade simulada. Esta resulta da intervenção, no quotidiano rural, de representações mediáticas de outras realidades. A questão será: em que medida é que as imagens dos outros — longínquos e diferentes — transformam a imagem que fazemos de nós próprios e nos conduzem a transformar o real que vivemos? De outra forma: como é que o espaço de referência se pode organizar a partir de uma simulação do real (imagens televisivas, cinematográficas ou literárias), e quais são as articulações

possíveis entre ele e o espaço de acção. Que relação existe entre o que vimos e o que fazemos?

No caso português esta problemática é particularmente importante, visto o isolamento de uma parte do país, ligado ao exterior sobretudo através da televisão. O fenómeno recente, e massivo, de instalação de antenas parabólicas, veio acentuar ainda mais a importância da televisão, enquanto forma privilegiada de relação com outros modos de vida. É evidente que os efeitos deste inter-face são muitos e distribuem-se pelos vários temas da vida, pública e privada. Mas existe um caso paradigmático. Polémico porque actuante. São as telenovelas brasileiras. Invadiram as aldeias portuguesas e são hoje responsáveis por muitas transformações. Os efeitos são múltiplos e dependem dos grupos observados. Para simplificar referimos apenas uma clivagem que podemos considerar geracional: para os velhos as novelas são como os contos, histórias que se passam num mundo que não é real, e por isso não serve de referência para a vida. O facto de na novela haver jovens que vão a discotecas ou mulheres solteiras que vivem sós não interfere em nada com a vida da aldeia. Nada daquilo é real, porque aquele mundo não existe. Para os mais jovens já não é assim. Tudo aquilo é possível, passa-se num mundo hiper-real que é preciso reproduzir porque é a felicidade possível. O mundo da novela passa assim a ser um espaço de referência catalisador da acção. Os resultados são hoje visíveis. A linguagem mudou, tal como a maneira de vestir e as posturas corporais. As discotecas abriram e estão cheias. Os valores é claro que também se alteraram. As novelas brasileiras são provavelmente as grandes responsáveis pela difusão de alguns dos valores modernos que hoje modalizam a vida rural.

Bibliografia

- Ansary, P.; Schoonbrodt R. 1989. *Penser la ville*. Bruxelles, AAM éditions.
- Augé, M.; Non-Lieux. *Introduction à une Anthropologie de la surmodernité*. Paris, Seuil.
- Baudrillard, J. 1981. *Le système des objets*. Paris, Gallimard.
- Calabrese, O. 1988. *A Idade Neobarroca*. Lisboa, Edições 70.
- Foucault, M. 1984. *Des espaces autres*, in: Archi Bref 48, Genève, École d'Architecture.
- Fraga, M. 1991. *Arcozelo da Serra: o espaço de uma dupla identidade*. Lisboa, UNL.
- Lévi-Strauss, C. 1962. *La pensée Sauvage*. Paris, Plon.
- Lévi-Strauss, C.; et al. 1983. *L'Identité*. Paris, PUF.

- Maffesoli, M. 1990. *Au Creux des Apparences*. Paris, Plon.
- Pellegrino, P.; et al. 1986. *Espace et developpement*. Genève, CRAAL-UNESCO.
- Pellegrino, P.; Silvano P.F. 1986. *El territorio de la identidad y la figura del árbitro*, in: Revista de Occidente, Nº 62-63, Madrid, Fundación José Ortega y Gasset.
- Pellegrino, P.; et al. 1988. *Société rurale, société urbaine: espaces en interatction*, in: La sociologie et les nouveaux défis de la modernisation, Porto, Faculdade de Letras.
- Remy, J.; Voye, L. 1981. *La ville ordre et violence*. Paris, PUF.
- Remy, J. 1988. *Jean Remy: o espaço e a sociologia*, in: Jornal de Letras (9.8.88), Lisboa.
- Silvano, F. 1987. *Coexistence et interaction des echelles de representation de l'espace: contribution a l'étude de la genèse et dynamique des regions peripheriques*, in: Espaço e periferia, Lisboa, LNEC
- Silvano, F. 1988. *Os discursos da emigração*, in: Jornal de Letras, (15.8.88), Lisboa.
- Silvano, F. (1988). *Identidades regionais e representações colectivas do espaço*. Lisboa, CRAAL-CES-UNESCO.
- Silvano, F. 1990. *L'émigration en tant que processus de déplacement et de récomposition de l'habitat*, in: Portugal Enjeux sociaux et transformation du territoire, Revista Sociedade e Território, Porto, Afrontamento.
- Silvano, F. 1990. *Os lugares da cidade - multiplicidade de escalas de representação do espaço e papel da cidade nas estratégias de organização do espaço local*, in: A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século, Lisboa, Fragmentos.
- Silvano, F.; Neves, J. 1990. *Enraizamento e Cosmopolitismo: contributo para uma análise da recomposição urbana*, in: Viver (n)a Cidade, Lisboa, LNEC/ISCTE.
- Simmel, G. 1990. (tradução francesa). *Philosophie de la modernité - II*. Paris, Payot.
- Virilio, P. 1984. *L'Espace Critique*. Paris, Christian Bourgois.